

# Trajetória, risco e resiliência: situando o sofrimento na experiência acadêmica entre estudantes de graduação<sup>1</sup>

Igor Holanda (PPGA/UFPE)

## Introdução

Há três conceitos centrais que pretendo discutir ao longo desse artigo, talvez de maneira breve ou equivocada, mas que são fundamentais na forma como penso meu trabalho de campo com estudantes universitários sob contextos de sofrimento psíquico e adoecimento mental. Esses conceitos podem ser pensados como ferramentas metodológicas amplas para a pesquisa antropológica, cumprindo a análise e estudos para os quais me proponho no campo da saúde mental. É pelo reconhecimento das diferentes *trajetórias* passadas e futuras que os estudantes universitários conferem significado e valor para sua presença na universidade, atravessados pelo *risco* de entenderem a educação superior como uma aposta neles mesmos concretizada pela dádiva de seus pais (Mauss, 2003), demonstrando assim a *resiliência* dos corpos que traçam esse percurso, seja para aguentar os abusos de um professor, as violências de uma mãe ou o abandono emocional de figuras paternas.

Essas categorias de trajetória, risco e resiliência não estão presentes de maneira neutra ou imparcial nas experiências dos estudantes universitários, mas manifestas sob uma economia dos valores inserida em uma conjuntura de hegemonia capitalista (Bourdieu, 2007), onde nas sociedades ocidentais valorizam a trajetória a partir da desigualdade produzida sob uma “new world society” (Ferguson, 2002), muitas vezes invisibilizando trajetórias que genuinamente não tiveram oportunidades dignas, promovendo um discurso de culpabilização do indivíduo que busca por melhores condições de vida para superar suas dificuldades quanto a alimentação, moradia e saúde. A ideologia do mérito, como consequência de uma individualização exarcebada da noção de Pessoa (Dumont, 1997; 2013), é uma das características mais excludentes e impositivas da experiência acadêmica como um todo. Embora o Brasil seja um país que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

tenha um ensino superior preocupado com a popularização e democratização do acesso às universidades (Ristoff, 2014), não podemos ignorar o fato de que a garantia do acesso a universidade pública é diferente dos esforços voltados para a permanência, muitas vezes demonstrando como estudantes de baixa renda se esforçam para permanecerem na universidade, atuando em atividades extra-curriculares que comprometem grande parte do tempo desses estudantes, enquanto estudantes das elites não possuem tais empecilhos, revelando as injustiças e desigualdades toleradas no meio acadêmico livremente. Vale notar que aqui, a categoria de resiliência não é trazida de maneira demagógica, romantizando a difícil situação daqueles que superam as adversidades do cotidiano brasileiro, mas realçando o quanto a resiliência pode ser compreendida como uma característica que reflete a potência do desejo desses estudantes.

A idéia de mérito é uma característica bastante presente no liberalismo, semelhante as categorias de “igualdade”, “universalidade” ou “liberdade” utilizadas por Dumont. A ideologia do individualismo promove uma homogeneização dos sujeitos que não faz parte da realidade a qual pertencemos, e acaba por invisibilizar as diferenças e a diversidade nesse processo. Da forma como é compreendida, a meritocracia, ou ideologia do mérito, são aspectos da vida acadêmica que levantam barreiras ou produzem privilégios, como podemos perceber desde os processos seletivos de graduação, mestrado ou doutorado.

O merecimento, como aspecto formativo da experiência acadêmica, acaba por se introjetar nas cobranças internas de muitos estudantes universitários, promovendo um tipo de sofrimento acadêmico baseado em metas e objetivos capazes de causar um grau alto de frustração. Esse é um lugar comum do sofrimento acadêmico, onde as expectativas dos orientadores, os prazos para entrega de trabalhos e as elevadas cargas de leitura são uma condição imutável da universidade, que por mais que tente não consegue atender as necessidades dos estudantes, mas impõe justamente o contrário, em uma verdadeira adequação coercitiva ao *habitus* acadêmico, composto de uma escrita, uma leitura e uma fala que difere bastante da realidade dos brasileiros, e é nesse ponto que afirmo a importância de uma perspectiva interseccional na análise desses dados, buscando entender aspectos gerais e particulares que transitam pela interseccionalidade entre classe, raça e gênero (Crenshaw, 1989).

Já o risco e resiliência possuem uma relação diferente quanto a noção de trajetória que trago aqui, pelo fato de essas serem categorias que apontam para a agência dos sujeitos, mobilizando o desejo subjetivo diante de trajetórias objetivas e predeterminadas. É pela noção de risco que os estudantes universitários se posicionam diante de expectativas, anseios e desejos que fazem parte de sua própria noção de pessoa, tornando o risco não apenas uma categoria referente a “algo” que se busca alcançar pontualmente, mas a uma série de fatores da reflexão subjetiva desses sujeitos, havendo diferentes valores que acabam por revelar como essas pessoas expressam resiliência para alcançar seus desejos e expectativas. Nas universidades, onde o indivíduo e a ideologia individualista são fortemente exaltadas como valor maior, risco e resiliência se tornam valores positivos que promovem um alto engajamento não só no mundo acadêmico, mas também na forma como o capitalismo contemporâneo mobiliza “idealmente” os indivíduos, tal como podemos pensar na distinção entre “o empreendedor de si mesmo” e o sujeito depressivo (Peters, 2021), uma diferença que inclina a felicidade para um campo da hiperatividade e agência, enquanto o depressivo vem a ser seu oposto, notadamente um sujeito incapacitado.

Em contraste com o sofrimento psíquico oriundo de uma repressão interiorizada que esmaga implacavelmente os próprios desejos do indivíduo, como no cenário de hipertrofia do superego que Freud (2013, 57) encontrara na “melancolia”, o indivíduo moderno-tardio é menos contido por proibições do que exortado a *realizações*. Ele não é tanto dilacerado por conflitos interiores como por um *hiato entre quem ele é e quem ele “poderia ser”* (a “melhor versão possível de si mesmo”). (Peters, 2021:75)

## **O trabalho de campo**

Irei aqui apresentar uma análise do meu trabalho de campo realizado entre 2019-2020, com um grupo de estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Partindo de uma perspectiva interseccional, considero importante acrescentar a noção de geração como categoria que contempla as dificuldades na transição da juventude para a vida adulta, considerando ainda as diferentes perspectivas sobre amadurecimento e renovação que esses estudantes apresentam. Pretendo analisar as práticas que surgem afim de compreender um pouco mais do *habitus* acadêmico que emerge dos conflitos e tensões presentes nesse campo, marcado por estruturas que promovem a ideologia do individualismo sobre o sujeito, ou

seja, sua adaptação, conformação e reprodução da lógica meritocrática neoliberal que, embora tenha nas universidades uma percepção de “progressismo” imanente, estão suscetíveis como as demais instituições ocidentais que pregam a lógica do mercado sobre quase todas as instâncias da experiência humana.

Esse grupo constitui-se de onze estudantes que demonstraram interesse em participar da pesquisa, seja como portadores de diferentes diagnósticos para doenças mentais como bipolaridade, depressão e ansiedade, ou como estudantes que percebem ter ou estarem atravessando o que eles compreendem como sofrimento psíquico, onde a aflição contínua e dificuldade em organizar seu dia-a-dia reflete negativamente em suas vidas. Esses estudantes foram abordados por meio das redes sociais, e tiveram o interesse espontâneo em contribuir com essa pesquisa, apresentando um perfil político engajado e crítico, em grande medida por perceberem um sentido na luta política fortemente baseado nas injustiças e violências que elas mesmas vivenciam em suas experiências, tal como nos eventos homofóbicos, racistas ou classistas que ocorreram ao longo de suas trajetórias. Em confluência com essas experiências, a universidade se apresenta como um motivador importante da reflexão subjetiva, seja nas relações interpessoais entre os sujeitos em movimentos sociais ou círculos de amigos, até mesmo nas leituras marxistas ou feministas, que apresentam grande influência no comportamento dos estudantes do curso de Ciências Sociais.

É importante ressaltar que estatisticamente, há um índice muito elevado de estudantes universitários vivenciando problemas de adoecimento mental em comparação com outros grupos populacionais (Cerchiari et al., 2005; Adewuya et al., 2006; Hunt e Eisenberg, 2010; Oliveira e Nunes, 2018), muito embora tais pesquisas se baseiem majoritariamente no reconhecimento de doenças mentais específicas como depressão e ansiedade, e não em uma noção mais abrangente do sofrimento psíquico ao adoecimento mental, pelo simples fato de ser mais fácil comprovar a partir de parâmetros biomédicos, tal como atestados clínicos de psicólogos ou psiquiatras, e históricos de consumo de psicofármacos: instâncias objetivas de investigação e análise baseadas em técnicas e práticas do campo da psiquiatria. Esses índices, assim como àqueles produzidos pela OMS prevendo uma “epidemia dos transtornos mentais”<sup>2</sup>, estão

---

<sup>2</sup> <https://educacao.estadao.com.br/blogs/colégio-pentagono/a-silenciosa-epidemia-dos-transtornos-mentais/>

posicionados no campo da antropologia da saúde como práticas e concepções de mundo passivas de crítica, justamente pela ausência de reflexão crítica sobre as condições políticas e culturais que permeiam a produção desse conhecimento, que ao longo desse artigo irei referir-me como “modelo biomédico”, ou seja, um conjunto de práticas e compreensões de mundo baseadas em uma noção hegemônica e universalista de mundo, notadamente capitalista, colonial e heteronormativa.

### **Sofrimento, hegemonia e o modelo biomédico**

Podemos assim pensar as “doenças mentais” ou “transtornos mentais” como produzidas e produtoras de um conjunto de valores e conhecimentos hegemônicos, que em sua prática invisibilizam e oprimem outras cosmologias e compreensões de mundo (Bhabha, 1998; Said, 2003; Spivak, 2010). O mundo representado pelo modelo biomédico, por mais que compreenda de maneira eficaz o tratamento dos corpos humanos, também é exemplar em eliminar os sujeitos das relações clínicas que demandam mais do que apenas o conhecimento objetivo sobre os órgãos e processos fisiológicos. A eficácia da biomedicina em tratar os corpos não anula o fato de que o poder se manifesta de uma maneira que vai além da reflexividade dos atores que dispõem desse poder. Podemos pensar o recente caso de um anestesista que estuprou uma mulher grávida em pleno trabalho de parto<sup>3</sup>. O horror desse crime possui inúmeras camadas de significado, e não ocorre do dia para noite, mas sob um amplo manto da “impunidade biográfica”, de uma educação cujo a masculinidade tóxica é basilar nos primeiros e últimos anos do colégio e se aprofunda na universidade<sup>4</sup>, e onde raça e classe são fundamentais na reprodução dessa estrutura onde a violência simbólica ou física é palco seguro da uma parcela cruel dos médicos e médicas brasileiros (Castro, 2022).

Na antropologia, o caráter hegemônico do modelo biomédico se faz presente justamente pelo seu contexto sócio-histórico escravocrata, onde o Brasil serve de claro exemplo, pois quase que a totalidade de cursos de medicina, inclusive na própria UFPE, são formados por estudantes brancos de famílias das elites locais, havendo um série de

---

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/15/anestesista-flagrado-em-estupro-de-mulher-durante-o-parto-vira-reu.ghtml>

<sup>4</sup> <https://jornal.usp.br/universidade/alunas-se-unem-contra-cultura-do-machismo-na-medicina/>

dificuldades que impedem outras camadas da sociedade de contribuírem subjetivamente para a sociedade como médicos, seja nas mudanças estruturais referentes a representatividade que precisam ocorrer no processo de educação formal desses sujeitos, ou sob uma prática que realmente seja capaz de escutar e cuidar dos pacientes. Essa condição se dá devido a uma subjugação histórica dos corpos negros, a uma moralização das práticas e identidades de gênero, além da completa política de desalento que as classes políticas empregam aos pobres, onde o trabalho precoce das classes trabalhadoras impossibilita o tempo de estudo na vida desses jovens, enfatizando ainda mais a importância em ter um olhar interseccional para o problema da saúde mental, e menos uma busca clínica pelas somatizações ou fisiologia das doenças mentais. Nesses termos, é importante ressaltar a importância fundamental da política de cotas e a expansão e popularização das universidades brasileiras, pois foram políticas que tornaram visível a brutal desigualdade que havia nas universidades públicas. Decorrente da inclusão dos grupos sociais que antes nunca tiveram acesso ao ensino superior gratuito de qualidade, percebe-se que demandas sociais importantes passaram a fazer parte das universidades, afetando professores e administradores.

Embora essas políticas tenham tido sua eficácia, existem forças que operam retardando uma mudança social concreta, evidente no posicionamento hierárquico dos negros em relação aos brancos na sociedade racista a qual pertencemos, refletindo como o privilégio dos brancos é uma prática constante das pessoas brancas no Brasil e no mundo (Bento, 2022). Para Dumont, o racismo se instaura justamente na noção de uma igualdade e universalidade geral para os sujeitos no advento das democracias liberais. Dumont aponta como o enaltecimento moral da igualdade essencializa e naturaliza uma igualdade inexistente, tornando as diferenças naturais em condições que se configuram de “(...) uma maneira desastrosa: ela é então concebida como procedente de caracteres somáticos, é o racismo.” (Dumont, 1997:64). A perspectiva hierárquica não posiciona os sujeitos por acaso em níveis inferiores ou superiores, mas reconhece as diferenças como aspecto separado da prática do poder. A perspectiva hierárquica desvela a ilusão de uma igualdade e liberdade irrestrita, e aponta para os sujeitos como posicionados em um mundo predeterminado, onde eles estão situados conforme suas condições locais, em confluência com seus desejos subjetivamente produzidos ao longo das mais diversas

trajetórias, tornando possível inclusive o que Dumont se refere como “inversões hierárquicas”, quando os polos de um modelo se invertem na relação de dependência, proporcionando tanto novas configurações em termos de relações sociais, quanto a própria reformulação das perspectivas e idéias de um sujeito.

A mais notável qualidade dessa configuração de valores, descrita por L. Dumont como paradoxal justamente por privilegiar como chave da totalidade a parte, o “indivíduo”, é a de que ela se ordena sobre uma representação específica e obsessiva da Pessoa; diferente nisso de todas as demais culturas, cujas teorias da Pessoa se ordenam sobre princípios cosmológicos que a englobam e situam diferencialmente. O modelo do individualismo exige assim uma particular atenção a esse patamar da comparação, transformado em experiência crucial. (Duarte, 1998:19)

Nesse sentido, proponho uma reflexão semelhante sobre o contexto da saúde mental. Esse é um campo posicionado sob contextos de dominação subjetiva, na manifestação de uma igualdade e universalidade das noções de doença que vêm a comprometer produções locais sobre as emoções e sentimentos (Lakoff, 2004). É importante reconhecer que os conhecimentos psi reproduzem técnicas de pesquisa e investigação que muitas vezes corroboram esquemas e noções do ocidente sobre uma “saúde mental” geral dos humanos como “igual” para todos. Estudantes universitários atravessam essa situação com bastante frequência, tendo na atividade científica como todo alguns aspectos considerados quase que universais da experiência acadêmica, como na chamada “síndrome do impostor”, ansiedade com processos de seleção ou avaliação, falta de sono, cansaço constante, entre outros supostos “sintomas” que se apresentam pela autoridade do DSM-5 (2013) na psiquiatria e psicologia, manual que objetifica os sujeitos e serve de maior exemplo no conhecimento psi para o que compreendo aqui como modelo biomédico (Davis, 2013).

Por fim, há algo a se dizer a respeito do sofrimento como compreendemos na contemporaneidade. Acredito que em larga medida, a ideologia do individualismo promoveu inúmeras das qualidades e problemas que observamos no mundo, trazendo a tona o que são considerados como avanços, mas também gerando inúmeros retrocessos. Por meio de uma análise que visa compreender os processos de produção do conhecimento, os ganhos e custos de fazer ciência estão profundamente inseridos na lógica individualista do capitalismo moderno, semelhante a como a sociedade é forçada

a socializar os custos da crise climática ou dos *bail-out's* para grandes bancos, e individualizar a riqueza econômica e simbólica oriunda da realidade para empresas privadas e bilionários. O sofrimento entra em questão por não ser compreendido da forma como “deveria” ser compreendido. Não estamos discutindo sobre um projeto de mundo onde as universidades e seus estudantes sejam plenamente felizes (o que considero importante), mas que seja capaz de ressignificar o sofrimento para além de algo que falta sentido e valor. O sofrimento precisa ter um propósito, precisa fazer parte de uma narrativa biográfica com alguma finalidade, e promover algum tipo de sentido para o adoecimento/sofrimento provocado. Na contemporaneidade, buscasse pela chave do consumo eliminar esse sentimento de forma abrupta, em uma sociedade acelerada e cheia de angústias.

O sofrimento possui espaço no tempo do luto, no fim de um casamento ou na mera decepção com uma nota baixa em uma prova, mas não é desses momentos que o sofrimento contemporâneo está realmente situado. O sofrimento acadêmico é um grande exemplo das consequências de se reproduzir um mundo onde a competitividade, a meritocracia e a noção de liberdade irrestrita estão dispersas, pois promove nos sujeitos, tal como em outros espaços da sociedade, a falsa impressão de que é permissivo proferir discurso de ódio. Conforme Dumont bem aponta sobre as inversões hierárquicas, um busca englobar o outro e escapar da situação de dependência hierárquica na qual está submetido, no entanto, tudo que o englobante necessita é a permanência e imutabilidade dessa estrutura, convivendo com os tensionamentos e conflitos, normalizando e naturalizando aquilo que é necessário para manter o englobado no modo como ele sempre esteve.

Situar o sofrimento seria então um movimento de posicionalidade crítica, tal como aponta Haraway (1995), pois o que está se situando não é uma região ou uma coisa, mas uma perspectiva crítica sobre os ganhos e custos onde inúmeros mundos promovem inúmeras idéias do que é sofrimento, evitando a produção de algo tão determinista quanto a “depressão”. De fato, esse condicionamento das doenças mentais em centralizar o poder clínico promove um apagamento do sofrimento de seus sentidos, e como bem aponta Haraway sobre como devemos lidar com o mundo, é necessário encarar a realidade de tal forma a pensar “(...) um mundo que possa ser parcialmente

compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada.” (Haraway, 1995:16).

### **O mundo acadêmico brasileiro (em Recife-PE)**

Antes do processo de expansão e popularização da universidade pública ocorrido entre o anos 2000 e 2013, as universidades públicas eram espaços onde apenas pessoas privilegiadas economicamente eram capazes de cursar (Nierotka e Trevisol, 2019), considerando como havia uma ausência quase completa de bolsas de estudo, assim como um alto grau de cobrança no próprio ingresso. Esse processo veio a se inverter quando foram desenvolvidas políticas públicas de amparo econômico aos estudantes de graduação, e o forte financiamento em bolsas de pesquisa para estudantes de mestrado e doutorado. Sem isso, as universidades públicas não teriam como manter e atrair novos estudantes de graduação, e considerando que essa é uma instituição pública, se faz insustentável aceitar que ela possa manter-se como uma instituição elitista e restrita para uma pequena parte da sociedade.

As mudanças nas instituições de ensino superior não podem ser dissociadas do advento da chamada “nova classe média” ou “nova classe C” (Saraiva, 2015). É importante relacionar esses dois processos, pois foi pelo ingresso de uma vasta camada da população das classes E e D para a classe C que proporcionou uma geração de estudantes universitários a produzirem ciência, tecnologia e conhecimento em uma escala sem precedentes para a educação brasileira. Essa camada da sociedade é caracterizada por pertencerem a famílias que recém adquiriram um capital econômico confortável, e passaram a investir diretamente na educação até o nível superior de seus filhos e filhas. O que ocorreu até 2013 no financiamento a ciência brasileira foi uma ruptura paradigmática no ensino superior, demonstrando os benefícios da implementação de uma política de cotas para pessoas negras (Vieira e Leal, 2017), de investimentos horizontais que atinjam um grande número de pessoas (Kritosch, 2017) e os vários efeitos subjacentes que o investimento a ciência tende a produzir nas sociedades.

Diante do contexto de rápida mudança posterior ao golpe de 2016 deflagrado contra a presidenta Dilma Rousseff, é importante ressaltar como esse cenário de ascensão social pela ciência brasileira passa a ser profundamente atacado pelos segmentos golpistas. Com a eleição de 2018, a ciência brasileira se vê efetivamente atacada e prestes a colapsar em muitas universidades federais. Em 2019, o clima era de intenso pessimismo, e já de dificuldades grandes para muitas das minhas interlocutoras. Suas trajetórias foram profundamente abaladas por um acontecimento sócio-histórico absolutamente inesperado, mas esperado de uma sociedade onde o racismo e a violência sempre foram constantes na forma como as elites nacionais mobilizam seus interesses.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o edifício onde estudantes de Ciências Sociais estudam ao longo dos anos é o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), um prédio onde a memória dos suicídios até hoje é um tema em aberto e uma ferida exposta na comunidade local de professores e alunos<sup>5</sup>. Esses acontecimentos representam o ápice de uma angústia muito grande para estudantes de todos os cursos que acabam indo ao CFCH para tentativa de suicídio, muito pelo fato de ser um prédio alto e com pouca segurança, mas também operando um grau de simbolismo inegável, referente ao sofrimento acadêmico que muitos desses estudantes passaram por anos a fio. O suicídio foi algo que passou pela cabeça de um dos meus interlocutores, Bruno<sup>6</sup>, um graduando vindo de uma família pobre de missionários que teve sua infância bastante prejudicada pela violência verbal e física de seu pai e sua mãe. A trajetória de Bruno tem como um de seus pontos centrais a homossexualidade, e a violência que decorre dela por seus familiares e colegas, mas ele também se define pelo desejo de ser um pesquisador e alcançar êxito como cientista social.

No curso de Ciências Sociais, sua relação com os professores é de antagonismo, afinal, havia passado por situações onde a sua condição como sujeito depressivo era diminuída e deslegitimada pelos professores. Embora tivesse atestados, e buscasse por formas de reparar suas ausências em sala de aula para não perder o crédito das disciplinas e não ter seu histórico prejudicado, os professores eram categóricos e não abriam exceções, tornando sua condição de saúde e seu sofrimento em algo menor,

---

<sup>5</sup> <https://medium.com/@joaobarbosa587/15-andares-para-contar-7894763f1b43>

<sup>6</sup> Os nomes aqui utilizados são fictícios.

desvalorizando sua trajetória traumática e o custo e significado de sua presença naquele espaço, que ia sendo aos poucos prejudicada de forma irremediável pelos seus problemas, gerando um sujeito defensivo, desconfiado das várias pessoas que dividiam o espaço acadêmico com ele.

[Após conflitos com professores] (...) *o resto dos professores eu não consigo demonstrar fraqueza depois desse episódio, sabe? É como se eu tivesse que ser forte o tempo todo, então, ao mesmo tempo que no escondido, no eu comigo mesmo, eu me sinto um lixo. Eu me sinto uma pessoa incapaz, eu me sinto uma pessoa inferior, mas com eles eu não me permito mais. Com ele eu tenho que tá de cabeça em pé, eu não me permito ser o pior aluno por causa disso, eu não me permito faltar mais reunião por causa disso, eu posso tá fudido, e depois chorar horrores depois que acabar a reunião e acabar a aula, mas a forma com eu to respondendo a isso, e que eu passei a responder a isso depois deles ignorarem esse processo foi na raiva, no ódio, um ódio que mobilizou.* (Bruno)

É por meio da raiva e do ódio que Bruno mobiliza seu desejo de possuir êxito em sua trajetória acadêmica, onde conflitos promovem nele uma pulsão por provar aos outros que é capaz, e demandando o reconhecimento dos sacrifícios que ele fez para estar onde está. O antagonismo com professores não é algo novo, mas uma constante entre muitos estudantes que buscam questionar o ordenamento hierárquico nas universidades, o que no curso de Ciências Sociais é quase que uma constante. Existem professores que incentivam e fazem seus estudantes avançarem de forma saudável, no entanto, não são todos que promovem esse tipo de dinâmica, tal como fica óbvio no caso de Bruno, que após humilhações por parte de professores insensíveis com sua condição psíquica, ignora seus pedidos e súplicas por uma exceção, evidenciando o quão intransponível poder ser a barreira da meritocracia que se forma sobre ele.

Seu sofrimento e depressão estão situados sob uma biografia dolorosa, de ameaças e violências de seu pai contra ele, seu irmão e sua mãe. Em tese, seu lugar não era para ser na universidade, mas como um líder religioso de uma igreja onde ele era admirado, porém, sua homossexualidade tornou-se um problema grande para as pessoas da congregação e sua família, tornando necessário uma fuga para a universidade, que embora seja um espaço de difícil entrosamento, lhe proporcionou condições econômicas para morar perto da universidade, vivenciar novas experiências amorosas, gerando um auto-conhecimento valioso para Bruno. É em meio aos traumas de sua juventude, mobilizados pela pobreza e a homofobia que ele se torna um universitário confuso,

compensando suas emoções com o consumo de álcool e drogas, lentamente compreendendo sua situação no mundo como sujeito depressivo e buscando um sentido para como ele mobiliza suas emoções.

*(...) eu só consigo entender minha depressão agora que eu comecei a fazer essa terapia, mas antes eu sentia as coisas e eu achava que o problema tava dentro de mim, a tristeza, uma vontade de morrer muito grande, não querer ir pra aula e tal, e foi na época também que eu perdi pessoas, eu perdi Alana, uma colega que se suicidou, perdi mais outro amigo que suicidou lá de Abreu e Lima, então meio que foi tudo de uma hora só, eu fiquei meio que perdido e aí eu tentei fazer da melhor forma assim, eu fiquei pensando estudando formas de fazer isso, pensei em me jogar do CFCH mas não rolou nesse dia, porque a grade tava fechada, e enfim, não rolou, e aí, a opção que eu pensei foi tomar remédio, aí tinha um menino de Farmácia que não tava com a gente, aí eu peguei todos os remédios que tava lá e misturei, e a lembrança que eu tenho é que eu cheguei no hospital, e quem tava lá era meu companheiro que tá hoje e o menino que morava comigo, mas eu não lembro de muita coisa, eu lembro que fui adormecendo as poucas. (Bruno)*

O sofrimento de Bruno leva-o ao ponto extremo de qualquer doença mental, na insustentabilidade de se lidar com o dia-a-dia, e a preferência pelo fim da vida como resolução. É importante ressaltar que suicídios são fenômenos bastante episódicos, ou seja, não são uma constante nos desejos dos sujeitos, mas pontuais no largo da experiência com um período ou momentos de intensidade maiores ou menores. No Brasil, a depressão e o suicídio incidem em maior grau sobre a parcela jovem (Penso e Pereira, 2020), demonstrando como esse grupo está suscetível por atravessar um período de transição intenso, onde a expectativa por uma vida bem sucedida é contemplada constantemente sob os riscos de se estar investindo em algo que não será valorizado, ou de ter que sustentar por longos períodos de tempo em uma dinâmica que consome tempo e esforço, tornando essencial para muitos estudantes uma resiliência que escapa o suportável.

Diferentemente de Bruno, que vinha de um contexto precário, onde a violência era um aspecto constante da sua experiência, acabando por gerar um sujeito que se mobiliza pela raiva com relação aos contexto acadêmico, Carmen se coloca como o verdadeiro oposto. É uma estudante privilegiada economicamente, com condições familiares para sustentar sua presença na universidade, mas que busca se provar em relação a sua família, e compensar uma dádiva da qual ela se sente incapaz de retornar. Carmen veio de São Paulo, com quase trinta anos e uma graduação em dança, buscando realizar seu

sonho de fazer Ciências Sociais e conhecer o Recife, uma cidade que permeia seu imaginário sobre a cultura. Quando Carmen chegou em Recife, percebeu que estar sozinha em uma cidade onde muitas das situações com as quais ela vivia eram inteiramente diferentes, não havendo o mesmo suporte de seus amigos e familiares, mas isso não lhe impediu de fazer amizades e romances. Uma característica importante de Carmen é sua determinação, que tal como Bruno, lhe engaja a provar aos outros que ela é capaz, e ela busca provar sua autonomia e independência com a família ao conseguir um emprego que lhe sustente em Recife, mas revelando aos poucos um grau de “euforia” e ansiedade por boas notas, sucesso e a realização de um trabalho que seja significativo para sua vida.

Carmen passou por uma depressão quando percebeu-se sob um cansaço e falta de motivações diárias, afetando o relacionamento que ela tinha com a namorada e acabando por reprovar várias disciplinas durante um semestre, chegando ao ponto dela ter de retornar para São Paulo e ficar com sua família, pois estavam todos preocupados com ela. Diferente de Bruno, Carmen teve um acompanhamento muito mais minucioso, tendo acesso a psicólogos e psiquiatras que lhe diagnosticaram e medicaram com depressão, levando-a a achar que estaria se tratando e melhorando, e conseqüentemente passando a produzir e trabalhar muito mais. Esse sentimento positivo de realizações e conquistas intermitentes é seguido por um processo de depressão catatônica, no qual ela passou meses até ser encaminhada para uma psiquiatra que lhe diagnosticou com bipolaridade, e não depressão, informando que o efeito dos medicamentos era o que causava sua “euforia”, que a princípio seria uma qualidade dela, na hiperatividade que está implicada nesses episódios, mascarado como conquistas por corresponder as demandas que ela tinha para realizar no trabalho e vida acadêmica.

*Quando eu contei esses três episódios de depressão, e os momentos que eu ficava, que eu achava que tava bem, foi muito difícil entender que as vezes que eu achava que tava bem eu tava mais bem do que nunca, eu lembro que eu falava assim “valeu a pena a depressão, olha como to agora” eu tinha uma sensação de que tinha válido a pena todo meu inferno, porque agora tava no céu e que agora tinha facilidade de fazer as coisas. [...] foi foda escutar que isso não era saúde, que isso era um outro lado da minha doença, que se chama euforia, e que eu sou bipolar. E o que é mais foda é que, segundo os psiquiatras, a bipolaridade não tem cura, então eu vou tomar remédio pra sempre, igual sei lá, a minha vó que toma pra pressão alta todos os dias a 50 anos, o médico disse que vai ser o mesmo caso, mas não vou mentir que me fez sentir bem. (Carmen)*

Por depressão catatônica, me refiro a uma condição fisiológica pela qual a maior parte dos interlocutores atravessaram, na incapacitação aguda de suas atividades diárias, muitas vezes levando a uma tentativa de suicídio e se configurando como um período de alto risco. Carmen era uma das interlocutoras que havia passado por esse período, onde se percebe o risco fisiológico com mais ênfase, na forma como ocorre um rápido emagrecimento, adoecimento por um enfraquecimento da imunidade, e os longos períodos de solidão e isolamento voluntário, experienciado através do sono frequente ou de choros constantes. Esse quadro catatônico da depressão é um resultado do insustentável grau de sofrimento que essas pessoas passam, mas no caso de Carmen, havia um paradoxo que ela credita na sua bipolaridade.

Pensar a bipolaridade no contexto do sofrimento acadêmico realça aspectos positivos e negativos da forma como os conhecimentos psi se configuram. Primeiramente, o medicamento era responsável pela falsa impressão de felicidade, que nada mais era do que o impulso para realizar conquistas que antes pareciam impossíveis pela depressão. A hiperatividade retorna aqui como um signo positivo da saúde e bem-estar, mas é pelo seu revés agudo, percebido por meio de um psicofármaco voltado para depressão, que Larissa manifestam conhecimento sobre si mesma, e desse sentido uma tranquilidade de saber pelo que está passando. Essa é uma situação exemplar do que Duarte (1986) vem a se referir como “perturbações físico-morais”, na forma como essas se expressam em termos morais da nossa cultura local, mas também sob condições fisiológicas particulares.

A ‘perturbação’ procura designar um ponto de permeação ou passagem entre esses pólos da visão de mundo dos sujeitos, por mais que, ao final da contas, ele possa avançar sobre eles, interliga-los e — possivelmente para nossos olhos — embaralha-los e investi-los de uma significação bem outra. No sentido tentativo em que nos aproximamos dessas questões é que pude chama-lo espaço ‘físico-moral’. (Duarte, 1986:27)

## **Conclusão**

É característico da antropologia enfatizar os aspectos culturais que impulsionam as doenças mentais, no que Fassin (2018) percebe como distinção entre biologia/biografia, mas também importante reconhecer como a fisiologia está inserida na nossa

construção de Pessoa, e de que modo esse é um problema ao qual antropólogos precisam estar cientes. Embora concorde com Duarte a respeito de um “holismo metodológico” que traga o subjetivo para a dimensão objetiva das doenças mentais, a cognição e o cérebro como aparelho da mente (Rose e Abi-Rached, 2013) se apresentam como problemas complexos para os pesquisadores, mas não para os interlocutores. Ao fim das contas, há um grau de eficácia simbólica (Lévi-Strauss, 1989) inerente ao campo da saúde mental, onde não somos capazes de compreender a totalidade das condições que promovem o sofrimento psíquico e adoecimento mental.

Ao compreender a impossibilidade da compreensão total sobre um fenômeno, o modelo biomédico promove uma falsa confiança nas saídas tecnológicas que essa constantemente produz, ignorando problemas como a relação entre moralidade e fisiologia, diga-se de passagem, revelando nessas categorias um alicerce esquecido ao qual os pais da psicologia francesa tinham plena noção dos limites e possibilidades da psicologia (Caponi, 2012), na forma como a moralidade e a fisiologia eram compreendidas como condições holísticas da saúde mental, e não como passivas de alterações absolutas por meio de psicofármacos, tal como percebemos no panorama estadunidense da psiquiatria.

Os casos aqui apresentados de Bruno e Larissa servem de exercício para pensar como trajetórias, risco e resiliência são aspectos heterogêneos e presentes em uma forma diferenciada de vulnerabilidade social, acentuando a importância de se observar os fenômenos da saúde sobre uma sensibilidade interseccional mais aguda do que a do atual panorama da psicologia/psiquiatria, práticas clínicas que disputam o poder e autoridade médica entre si mesmos, ao mesmo tempo que colocam os pacientes nesse cenário onde a terapia pela fala e o consumo de psicofármacos possuem valores distintos. É difícil pensar sobre os estudantes universitários e sofrimento psíquico sem entender que esses buscam resolver seus problemas de maneira prática e rápida, afim de dar continuidade a jornadas que se tornam muitas vezes processos subjetivamente constantes de cobrança, punição e culpa, seja por si mesmos ou por intermédio de professores e administradores, complexificando ainda mais as estratégias que esses estudantes aplicam para terem qualquer tipo de agência sobre suas vidas.

## Referências

- American Psychiatric Association (APA). Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders 5 (DSM-5). Washington. American Psychiatric Association. 2013. p. 947.
- Adewuya, Abiodun et al. 2006. Depression amongst Nigerian university students. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, vol. 41. p. 674–678.
- Bento, Cida. 2022. O pacto da branquitude. Companhia das Letras. São Paulo. p. 152.
- Bhabha, Homi. 1998. O local da cultura. Trad: Avila, Myriam et al. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- Bourdieu, Pierre. 2007. A Economia das Trocas Simbólicas. Tradução: Miceli, Sergio et al. São Paulo. Editora Perspectiva. p. 427.
- Caponi, Sandra. 2012. Loucos e Degenerados: Uma genealogia da Psiquiatria Ampliada. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. p. 210.
- Castro, Rosana. 2022. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista de Antropologia*. São Paulo. v. 65, n. 1.
- Cerchiari, Ednéia et al. 2005. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. *Campinas. Estudos de Psicologia*, vol. 10. p. 413-420.
- Crenshaw, Kimberle. 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. *Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum. Volume 1989. Issue 1. Chicago.
- Davies, James. 2013. Cracked: The Unhappy Truth about Psychiatry. Cambridge. Pegasus Books. p. 288.
- Duarte, Luiz. 1986. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. p. 291.
- \_\_\_\_\_, Luiz. 1998. Pessoa e dor no ocidente (o "holismo metodológico" na antropologia da saúde e doença). *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre.
- Dumont, Louis. 1997. Homo Hierarchicus: O sistema de Castas e suas Implicações. Tradução: Fonseca, Carlos. São Paulo. Editora USP. p. 424.
- \_\_\_\_\_, Louis. 2013. On Valeu The Radcliffe-Brown Lecture in Social Anthropology, 1980. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3 (1). pp. 287-315.
- Fassin, Didier. 2018. Life: A Critical User's Manual. Polity Press. p. 150.

- Ferguson, James. 2002. of Mimicry and Membership\_Africans and the "New World Society". *Cultural Anthropology*. Vol. 17, No. 4.
- Haraway, Donna. 1995. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5). pp. 07-41.
- Hunt, Justin e Eisenberg, Daniel. 2010. Mental Health Problems and Help-Seeking Behavior Among College Students. *Journal of Adolescent Health* 46. Elsevier. p. 3-10.
- Lakoff, Andre. 2004. The Anxieties of Globalization: Antidepressant Sales and Economic Crisis in Argentina. *Social Studies of Science*, vol. 34, n. 2, Intersections of Pharmaceutical Research and Marketing. p. 247-269.
- Marcel, Marcel. 2003. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: NEVES, Paulo. São Paulo. Cosac Naify. p. 675.
- Niertoka, Rosileia e Trevisol, Joviles. 2019. Desigualdades sociais e elitismo da educação superior brasileira. In: *Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Chapecó. Editora UFFS. pp. 13-39. ISBN: 978-65- 5019-009-5.
- Lévi-Strauss, Claude. 1989. *O pensamento Selvagem*. Tradução: Pellegrini, Tânia. São Paulo. Papyrus Editora. p. 336.
- Oliveira, João e Nunes, Karine. 2016. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. Belo Horizonte. *Educação em Revista*, vol. 32, n. 4. p. 73-95.
- Penso, Maria e Pereira, Denise. 2020. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. *Revista Sociedade e Estado – Volume 35, Número 1*.
- Peters, Gabriel. 2021. O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. *Civitas* 21 (1): 71-83.
- Ristoff, Dilvo. 2014. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação, Campinas*, v. 19, n. 3. p. 723-747.
- Rose, Nikolas e Abi-Rached, Joelle. 2013. *Neuro: the new brain sciences and the management of the mind*. Princeton. Princeton University Press. p. 344.
- Spivak, Gayatri. 2010. *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea*. Ed: Rosalind, Morris. Columbia University Press. New York.

Said, Edward. 2003. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. Tradução: Eichenberg, Rosaura. São Paulo. Companhia das Letras. p. 528.

Saraiva, Luís et al. 2015. A "nova classe média": repercussões psicossociais em famílias brasileiras. Vol. 26, N. 1. pp. 52-61.

Toren, Christina. 2014. *Anthropology and Psychology*. In: Fardon, Richard et al. *The SAGE Handbook of Social Anthropology Volume 1*. Credo Reference.

Vieira, Fernanda e Leal, Lucy. 2017. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, Número 2. pp. 183-193.